

EDITORIAL

Neste segundo semestre de 2017, o Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul apresenta sua 30ª edição com seis artigos envolvendo temas como unidades de conservação e tributação; conceitos sobre banhados; expansão urbana em áreas úmidas, apropriação da paisagem urbana; estrutura agrária e latifúndios; pagamentos por serviços ambientais.

Cristina Lengler, no seu trabalho denominado **Enfoques da criação de Unidade de Conservação da Natureza em Zona Urbana e a tributação desta propriedade: Estudo de Caso do Morro do Osso em Porto Alegre, RS**, discorre sobre restrição ao direito de propriedade na instituição de unidades de conservação, demonstrando os conflitos existentes a partir da fixação da população indígena no local sobrepondo-se ao zoneamento definido pelo Plano Diretor do município. Diante desse fato, a autora considera que é necessária uma estratégia diferenciada de proteção.

No artigo **Banhados: abordagem conceitual**, João Paulo Delapasse Simioni e Laurindo Antonio Guasselli realizam uma análise de vinte trabalhos científicos que apresentam discussão conceitual sobre banhados. Os autores propõem, ao fim do trabalho, um conceito de Banhado baseando-se no tipo de solo, geologia e presença de macrófitas aquáticas e sua adaptação frente às oscilações do nível da água.

Renata Carrero Cardoso e Carolina Gallo Garcia são as autoras de **Da produção ao consumo: apropriação criativa e cultural na paisagem**. Tendo como recorte espacial o chamado Quarto Distrito de Porto Alegre, são analisadas as mudanças na paisagem e suas formas de fruição diante do atual processo de requalificação observado na região. Também foi objetivo do artigo depreender em que medida as práticas criativas sobre determinada área podem produzir novos valores sociais e econômicos a elementos presentes na paisagem urbana.

Em **Conceitos interpretativos da realidade agrária brasileira e os latifúndios no estado do Rio Grande do Sul**, Alcione Talaska e Virginia Elisabeta Etges pautam o artigo a partir do questionamento da existência de latifúndios no Brasil e no Rio Grande do Sul. Para isso, apresentam resultados de análise e interpretação dos conceitos e tipologias utilizados para caracterizar e compreender o espaço agrário.

Joseli Andrades Maia, Tânia Marques Strohaecker e Laurindo Antonio Guasselli, no artigo **Identificação da expansão urbana em áreas úmidas por meio do Sistema de Informações Geográficas. estudo de caso: área de inundação do Rio Gravataí/RS**, analisam o crescimento urbano em áreas de inundação, mais especificamente o Rio Gravataí, entre os municípios de Porto Alegre, Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada. Os autores realizam uma comparação temporal a partir de imagens de satélite e fotografias aéreas, percebendo um aumento da ocupação principalmente ao longo das vias de circulação mais importantes e em áreas de preservação e inundação do rio.

O artigo **Áreas abandonadas e possibilidade de pagamentos por serviços ambientais em Esperança do Sul/RS**, de autoria de Jean Carlo Gessi Caneppele, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira e Roberto Verdum, aborda o fenômeno do esvaziamento de áreas em função do envelhecimento e do abandono populacional no referido município, projetando que o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pode ser um mecanismo de regeneração, preservação e conservação das áreas. Além disso, pode propiciar um incremento de renda e favorecer a permanência das pessoas no espaço rural.

Boa leitura!

Antonio Paulo Cargin

Laurie Fofonka Cunha

Fernando Dreissig de Moraes

setembro de 2017